

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Portugal ganha Agência Marítima



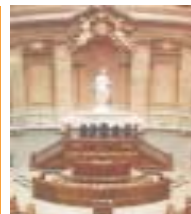
Cimeira de Bruxelas, leia nas páginas 10 e 11

Delegação Diplomática chinesa visita a sede do PSD e o Grupo Parlamentar



A deputada Adriana Aguiar Branco numa intervenção no Parlamento apreciou a actual gestão da Câmara do Porto





Intervenção sobre o combate à fraude e evasão fiscal através do cruzamento de dados

Deputada Graça Proença de Carvalho
Assembleia da República, 11-Dezembro-2003



(...)

...no âmbito do discussão e votação do **Orçamento de Estado para 2004 aprovou esta Câmara com os votos favoráveis da maioria** e do Bloco de Esquerda uma **autorização ao governo para legislar sobre a matéria em apreço.**

Como é do conhecimento de todos os Deputados e decorre do Orçamento de Estado para 2004, o **Conselho de Ministros só poderá aprovar o decreto-lei sobre a matéria após o dia 1 de Janeiro de 2004**, logo ao debatermos

a mesma matéria ainda em Dezembro e antes do período concedido ao Governo estamos, no fundo, a desautorizar uma decisão da Assembleia da República.

(...)

...na sequência deste objectivo político do actual Governo, cumpre aqui salientar o consenso político de todos os partidos gerado em redor desta matéria, tão relevante para todos os cidadãos que esperam do Estado uma maior justiça e equidade fiscal e contributiva.

Neste enquadramento é de saudar e louvar a pertinência e a celeridade do Governo ao já ter entregue na CNPD o seu projecto de decreto-lei com vista à implementação de um quadro legal que assegure de forma extensiva e coerente o tratamento e cruzamento de dados da segurança social e da administração

fiscal que possa **promover um verdadeiro combate à fraude e evasão fiscal e contributiva.**

(...)

...o projecto de decreto-lei do Governo vem colmatar as limitações dos projectos aqui apresentados através do estipulado no artigo 4º onde prevê a **interconexão das bases de dados da Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) e do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade**, condição relevante para a eficácia no combate à fraude e evasão fiscal e contributiva.

No que respeita aos dados objecto de interconexão, o projecto de decreto-lei do Governo identifica claramente cinco categorias (**cadastro e identificação; tributos fiscais e parafiscais**, designadamente as quotizações e contribuições para a segurança social; **rendimentos e despesas; património imobiliário e mobiliário; obrigações acessórias**, designadamente o início, reinício, alteração, suspensão e cessação da actividade), prevendo, ainda, a possibilidade de interconexão de outras categorias de dados, mediante autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

(...)

Conforme aqui argumentado o **projecto de decreto-lei** apresentado pelo Governo responde às questões levantadas pela CNPD e, nesse sentido, **promove um eficaz combate à fraude e evasão fiscal e contributiva cumprindo o Governo com este seu objectivo prioritário.**

(...)

Intervenção sobre a alteração dos prazos de entrega do pagamento especial por conta

Deputado António Preto
Assembleia da República, 28/11/2003



(...)

...medidas legais de excepção de curto prazo, concebidas prioritariamente **“para combater as práticas evasivas de ocultação de rendimento ou de empolamento de custos”**, cabe aqui uma referência ao **“pagamento especial por conta”** a que estão sujeitas as entidades que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como as não residentes com estabelecimento estável em Portugal e não abrangidas pelo regime simplificado previsto no

artº 53 do CIRC “.

Felizmente trata-se de uma medida de combate à evasão fiscal que reúne um amplo consenso nesta Câmara e no País.

E é importante que assim seja.

Até porque só é possível criar uma cultura nacional de exigência e de cumprimento fiscal se não nos deixarmos nesta Câmara aprisionar e condicionar, por aqueles que querem que tudo continue na mesma.

(...)

A fórmula final encontrada pelo Governo:

- ao optar pela noção de volume de negócios, em detrimento dos proveitos;
- ao distinguir o volume de negócios, em função do sector da actividade;
- ao dispensar do pagamento especial por conta, os sujeitos passivos totalmente isentos de IRC nos termos do artº 9 e 10 do CIRC e os sujeitos passivos que se encontrem com processos de recuperação de empresa;
- ao permitir a dedução à colecta, até à sua concorrência do reembolso, do próprio ano e dos 4 anos seguintes, atenuou os efeitos perversos do pagamento especial por conta.

(...)

O PSD propõe

Projecto de Resolução Nº 195/IX

Habilitação para a condução de veículos de 2 rodas até 125cc e com a potência máxima de motor de 11kw.

A Assembleia da República recomenda ao Governo que adopte, com carácter de prioridade:

“ A adopção de medidas que permitam e definam as condições para que cada condutor portador de carta B, fique habilitado a conduzir veículos de duas rodas limitados a 125cc e com a potência máxima de motor de 11 Kw.”



Intervenção sobre a alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Deputado Francisco José Martins
Assembleia da República, 05-Dezembro-2003

(...)

...o Governo apresentou a Proposta de Lei que hoje apreciamos, em ordem a adequar opções entretanto tomadas que contendem com **soluções consagradas no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)**, de modo a que se respeite a data prevista para a entrada em vigor do novo contencioso administrativo, ou seja, 1 de Janeiro próximo.

(...)

... no que respeita à delimitação do âmbito da jurisdição estabelecido no artigo 4º. do Estatuto, a Proposta de Lei propõe a revisão em três aspectos pontuais que reputamos de importantes, a saber:

- O primeiro tem o propósito de esclarecer que o âmbito da jurisdição dos tribunais administrativos não se estende à apreciação de litígios respeitantes a contratos puramente privados, celebrados entre privados que actuem nessa qualidade, ainda que eles entendam submeter o regime do respectivo contrato a um regime de direito público (por exemplo, ao regime das empreitadas de obras públicas);

- O segundo tem o propósito de esclarecer que o âmbito da jurisdição dos tribunais administrativos se estende à apreciação de todos os litígios respeitantes à questão da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas de direito público;

- O terceiro tem o propósito de esclarecer que o âmbito da jurisdição dos tribunais administrativos não se estende à «perseguição judicial», do ponto de vista penal ou contra-ordenacional, de danos ambientais causados por entidades públicas.

Por outro lado, e de modo a otimizar a gestão dos aspectos físicos e dos meios humanos, é estabelecida no artigo 9º. do mesmo Estatuto a possibilidade de os Tribunais Administrativos de Círculo e os Tributários funcionarem agregados sempre que tal justifique, e não apenas quando tenham pequena dimensão.

Mais, em face do já previsível aumento do volume de processos no Tribunal Central Administrativo, que funciona como tribunal de segunda instância da jurisdição administrativa e fiscal para todos os processos, opta-se por uma solução de desdobração daquele Tribunal em dois, Norte e



Sul, com sedes, respectivamente no Porto e Lisboa, dando assim nova redacção ao artigo 31º.

No artigo 40º., e no intuito de articular o regime de julgamento por Tribunal Colectivo com o consagrado no Código de Processo Civil, restringe-se o recurso ao mesmo apenas para os casos em que qualquer das partes o requeira e não tenha sido requerida a gravação de prova por nenhuma delas.

É dada uma resposta mais eficaz a propósito da formação do tribunal colectivo em tribunais de pequena dimensão (artigo 42º.).

Os Presidentes dos tribunais administrativos de círculo e tributários são desonerados de tarefas de gestão corrente do tribunal desprovidas de conteúdo jurisdicional (artigos

43º. e 48º.).

Finalmente, convirá ainda sublinhar a alteração proposta ao artigo 54º. do ETAF, que visa flexibilizar os moldes em que se deve processar a representação da Fazenda Pública nos processos tributários.

(...)

O Partido Social Democrata reitera a posição que, nesta matéria, vem assumindo, no sentido de que a reforma profunda do contencioso administrativo se impõe e responde finalmente ao legislador constituinte que, em sucessivas revisões constitucionais a vinha reclamando.

Nessa medida, apoiamos a iniciativa legislativa que hoje apreciamos, cujas propostas significam o propósito firme do Governo em dar operatividade e continuidade às medidas necessárias à plena execução da reforma do contencioso administrativo.

O Governo prometeu e uma vez mais vai cumprir uma promessa feita, a de que esta grande reforma entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2004.

Saudamos o Governo por isso, mas queremos de uma forma muito especial dar relevo, isso sim, ao facto de que Portugal terá em vigor, a partir de 1 de Janeiro próximo, um novo quadro legal no âmbito da jurisdição administrativa conforme ao Estado de Direito democrático em que vivemos, e em respeito pela lei fundamental do País.

(...)

Agenda

Quinta-Feira, dia 18 de Dezembro de 2003

Debate mensal com o Primeiro Ministro.

Projecto de Deliberação n.º 27/IX (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV)

- Alteração à Deliberação n.º 15-PL/89, de 7 de Dezembro.

Sexta-Feira, dia 19 de Dezembro de 2003

Proposta de Lei n.º 104/IX (GOV)

- Estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais.

DISCUSSÃO CONJUNTA:

Projecto de Lei n.º 228/IX (PEV)

- Proíbe a entrada em águas territoriais, portos nacionais, terminais ou ancoramentos de navios de casco único que transportem petróleo e frações petrolíferas pesadas.

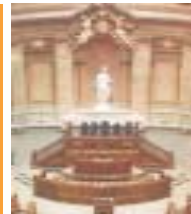
Projecto de Lei n.º 239/IX (PEV)

- Interditada a entrada de navios constantes da lista negra na zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa.

Projecto de Resolução n.º 123/IX (PEV)

- Recomenda o reforço de meios de intervenção e medidas para a protecção da costa e a segurança marítima.

VOTAÇÕES no final do debate.



Intervenção sobre “Política de Saúde”

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 10 Dezembro 2003



(...) O Partido Comunista entendeu promover esta interpelação ao Governo sobre questões relativas à política de saúde.

É uma oportunidade para demonstrar dois traços essenciais da política de saúde deste Governo: **a colocação do doente no centro do sistema** e a **racionalização dos meios** à disposição do Sistema de Saúde.

De facto, a reforma do SNS, empreendida com coragem e determinação por este Governo, é sem dúvida uma das mais importantes dos últimos trinta anos.

Isto porque o Governo tem uma missão: salvar o **Serviço Nacional de Saúde**.

Portugal é dos países europeus aquele que mais gasta em Saúde, já que em relação ao PIB, consome 9,2 por cento. No entanto, o nosso País detinha o pior índice, ao nível dos países da União Europeia, de satisfação da população com o sistema de saúde, já que em 60 por cento dos casos, os portugueses diziam-se insatisfeitos.

Apesar da OMS, no ano 2000, ter considerado o SNS como o 12º mais eficiente do mundo, era consensual que o Sistema de Saúde Português tinha inúmeras deficiências e grandes limitações. Que o SNS estava a caminho do precipício.

É por isso compreensível que reformar a Saúde se tenha tornado um imperativo para este Governo, numa atitude de verdade e responsabilidade a todos os níveis.

Todos desejávamos uma séria **mudança, urgente, e com sucesso**. Uma mudança que recolocasse, e bem, o **Doente no centro do Sistema**.

Trata-se da **grande reforma do sistema**, uma **reforma cultural**, que dirige toda a acção das Instituições para os seus destinatários naturais, que são os utentes do SNS, sem descuidar as preocupações sociais e profissionais de quem opera o referido sistema.

(...) De todas as políticas em curso a **empresarialização dos hospitais**,

pela novidade, é porventura aquela que mais reacções têm despoletado.

Nos chamados Hospitais SA há já hoje mais doentes tratados, mais consultas externas, mais intervenções cirúrgicas. Os indicadores assistenciais e de gestão dos 31 Hospitais SA, que representam cerca de metade do universo hospitalar, **certificam que o caminho escolhido por este Governo é o caminho certo**.

(...) Uma outra dimensão da reforma assenta no **combate às listas de espera**.

E também aqui os resultados falam por si.

(...) A nova lista de inscritos tem uma **demora média de 6 meses**, enquanto a lista de espera herdada tinha uma demora média de 6 anos.

O Parlamento deve congratular-se com o anúncio da possibilidade de recurso ao sistema privado e social, sempre que esteja ultrapassado o **tempo clinicamente aceitável para as cirurgias das listas de espera**.

Mais importante do que os preconceitos entre o público e o privado ou o social, é a **saúde dos portugueses!**

(...) Não posso deixar de referir, apesar de ser longa a lista de todas as reformas que estão neste momento a ser efectuadas nesta área, o esforço feito por este Governo no sentido da **resolução do problema crónico e estrutural da falta de médicos**.

(...) Mas, Senhoras e Senhores Deputados, o ano de 2003 fica marcado pela **viragem histórica na política do medicamento**.

(...)

Estas reformas procuram responder às questões centrais de uma política de saúde moderna e dirigida para os cidadãos.

Não é uma realização completa e definitiva. A boa política é aquela que é capaz de gerar um modelo que se vai ajustando às necessidades concretas com que se vai confrontando.

Estamos certos que as opções assumidas são as que melhor integram esse modelo. E que os portugueses irão continuar a sentir a melhoria do sistema, sem que lhes sejam exigidos mais sacrifícios.

Para nós, **a razão de ser do sistema é a saúde dos portugueses**.

(...)

Intervenção sobre a Política de Saúde

Deputado Mário Patinha Antão
Assembleia da República, 10-Dezembro-2003



(...) ...este debate demonstrou, urbi et orbi, que o **primeiro problema de saúde que afligiu, anos a fio, os Portugueses, está em vias de ser definitivamente resolvido**.

Refiro-me ao programa especial de **combate às listas de espera para intervenções cirúrgicas**.

E já nem sublinho o facto de 80 mil pessoas que, em média, esperavam por tais cirurgias, há seis ou mais anos, já terem visto o seu problema resolvido, embora isso seja o mais importante.

(...) Que dentro em breve, e logo que estejam fixados pela Direcção

Geral de Saúde, os **tempos de espera clinicamente aceitáveis**,

Todo e qualquer cidadão português que não veja o seu problema resolvido, dentro desse prazo, num hospital público do Estado,

Passará a ter o direito e a liberdade de escolha de se fazer operar no

estabelecimento hospitalar que muito bem queira, a expensas do Estado.

(...) Espero que toda a Câmara compreenda que esta novidade, tão naturalmente anunciada, constitui uma verdadeira revolução nos nossos hábitos, isto é, uma revolução cultural.

E que ela marcará também uma verdadeira revolução na “física do poder” que, deste modo e pela primeira vez, passa do “Sistema” para os cidadãos.

(...) É nossa convicção que, como o último debate, aqui havido retirou da mesa operatória dos partidos da Oposição, a política dos medicamentos (como falar ainda nisso, se a política de genéricos alcançou um êxito inigualável, tendo sido por isso mesmo, louvada pelos nossos parceiros europeus?) também este debate, ficará marcado pela passagem do crónico problema das listas de espera para a categoria dos *has been* das manchetes retóricas das nossas Oposições.

Estamos convencidos que, com mais um debate destes, também a reforma dos hospitais SA provará à sociedade que merecerá ir também para a categoria dos *has been* retóricos das Oposições.

(...) Pois se assim é, havemos todos de convir que a passagem ao estado de *has been* para a retórica oposicionista é critério seguro e objectivo para asseverar que as reformas na saúde vão por bom caminho.

(...)

Observatório

O último cartão

Sem a balbúrdia do PS, sem a mordada do PCO e sem a propaganda do BE, este é o tempo de um presidente que não seja de esquerda, assim tenhamos a coragem, a toda a hora, de defender o candidato que julgamos melhor.

Gonçalo Capitão, A Capital, 10/12/03

Depois do Big Brother

Como dizia há tempos Carlos Ceia, procura-se habilitar os alunos para o desempenho de meras funções de secretariado.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 10/12/03



Intervenção sobre a actual gestão da Câmara Municipal do Porto

Deputada Adriana Aguiar Branco
Assembleia da República, 05-Dezembro-2003



Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados

Em Dezembro de 2001 os Portuenses quiseram dar a vitória nas eleições autárquicas, à coligação PSD-PP "Pelo Porto Sempre", demonstrando uma inequívoca vontade de mudança.

O Dr. Rui Rio venceu as eleições com todo o mérito.

Venceu contra ventos e marés, contra as diferentes oposições de esquerda, contra as sondagens, contra os vaticínios da comunicação social e venceu até contra alguma mal dissimulada oposição interna.

Essa vitória foi, aliás, determinante para a posterior fuga do Eng. António Guterres.

Se assim não tivesse acontecido, a viagem para o abismo, a que o PS estava a conduzir o país, teria durado mais tempo, com consequências ainda mais dramáticas do que aquelas que os portugueses conhecem e ainda estão a pagar.

O PS do Porto, com a arrogância de quem estava instalado no poder há doze anos, não aceitou bem a derrota.

Só que, em democracia governa quem ganha e não quem perde, por isso, o Dr. Rui Rio tem toda a legitimidade para governar a cidade e levar por diante os compromissos plasmados no programa da sua candidatura.

A tarefa era já de si difícil porque ambiciosos eram os desígnios traçados.

Acontece porém que o PS deixou, em termos financeiros, a Câmara do Porto pior ainda do que o Eng. Guterres deixou o país.

Um autêntico desastre.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados

Face a quadro tão negro, a primeira

tarefa da actual gestão camarária, foi colocar a ordem possível nas contas da autarquia e nomeadamente pagar aos fornecedores de modo a reconquistar a credibilidade perdida.

Desde o início que o executivo promoveu também uma nova atitude de moralização, de luta contra a corrupção e assente na defesa do interesse público.

Encetou ainda de forma discreta uma postura mais eficaz e civilizada em relação a Lisboa, contrariando a exploração do bairroismo bacoco reinante que só nos diminuía.

Foi depois necessário resolver uma série de "trapalhadas" à moda do PS, de que cito para exemplos, o Euro 2004, o PDM, a Porto 2001/Casa da Música, o Parque da Cidade.

Fizeram-se também avançar as inúmeras obras inacabadas e, pior que isso, completamente abandonadas, como a Ribeira, a Praça do Infante, a Praça D João I, a Praça Carlos Alberto e o Túnel de Ceuta.

Em termos de urbanismo procedeu-se à elaboração do PDM, actualmente em discussão pública e que assenta, em coerência aliás com o que havia sido prometido, em três ideias base:

- redução dos índices de construção,
- valorização dos espaços verdes
- e no privilegiar do transporte público de modo a melhorar a mobilidade.

De realçar ainda o contributo decisivo do Presidente da Câmara do Porto para a criação, por parte do Governo, das sociedades de reabilitação urbana que permitirão transformar e devolver vida à baixa portuense.

A par de tudo isto desenvolveu-se um programa notável no plano da acção social, aliás, a principal prioridade do Dr. Rui Rio.

Acabou-se com as barracas em espaços

públicos e com as ilhas municipais e promoveram-se já algumas obras de manutenção nos bairros sociais mais degradados.

Iniciou-se ainda a requalificação do bairro São João de Deus e implementou-se o programa Porto Feliz, com sucesso assinalável, apenas contestado pela oposição e pela imprensa mais radicais.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados

Mas a actual gestão camarária pretende e vai fazer muito mais, apesar da sistemática e irresponsável, disse irresponsável, obstaculização da oposição, de que lhes darei apenas dois exemplos esclarecedores:

A Câmara Municipal do Porto é o maior senhorio do país. É proprietária de 15.000 fogos, distribuídos por 44 bairros existentes na cidade, onde vivem 45.000 pessoas.

Em percentagem cerca de 18% da população do Porto.

Acresce que 32 desses bairros, fruto de uma desastrosa gestão PS, também na área social, estão profundamente degradados, a necessitarem de uma intervenção urgente.

O actual executivo camarário, ciente da manifesta incapacidade da Câmara, como arrendatária, para gerir convenientemente um parque habitacional desta dimensão e sem os recursos financeiros para levar a cabo as obras necessárias, propôs uma solução:

- Vender aos actuais inquilinos, a preços manifestamente abaixo do preço de mercado, alguns bairros sociais, com três objectivos fundamentais:

- responder à legítima aspiração de alguns inquilinos que anseiam por ter a sua própria habitação.
- diminuir o parque habitacional de modo a melhorar a capacidade de gestão;
- obter recursos que lhe permitam realizar obras urgentes noutros bairros;

Simplex, aliás do mais elementar bom senso, só que, a oposição optou pelo "quanto pior, melhor" e pasme-se, chumbou esta proposta.

Na mesma linha o Dr. Rui Rio, demonstrando uma enorme coragem política, disse coragem política, propôs a unificação dos três regimes de rendas existentes que geram situações de grande injustiça.

Há pessoas em situações absolutamente idênticas a pagar 2 euros de renda e outras a pagar 450 euros.

O objectivo evidentemente é mais uma vez criar um regime mais equitativo e socialmente mais justo.

Simplex, aliás do mais elementar bom senso, só que o PS não quis e pasme-se, chumbou também e por duas vezes esta proposta.

Atitudes como esta demonstram bem o desnorte e a confusão do PS.

Vai ao ponto de, por mero oportunismo político, meter na gaveta o discurso da solidariedade social que lhe é tão caro e que assim se prova não passa de um pregão sem conteúdo.

Em vez de uma oposição construtiva cultiva a obstrução gratuita, a política da terra queimada.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados

A verdade é que mais do que oposição à actual gestão camarária o PS tem feito oposição à resolução dos problemas do Porto e afrontado os Portuenses que livremente fizeram a sua escolha.

Só assim se compreende que, por exemplo, apenas dois dias, disse dois dias, antes de sair da Câmara, o Eng. Nuno Cardoso, tivesse aprovado, a favor da Imoloc, a construção nos terrenos do Parque da Cidade.

Aprovou, sabendo bem que o novo Presidente, legítimamente eleito, era contra.

Aprovou, contrariando a promessa do candidato do seu próprio partido, que tinha afirmado só tomar uma decisão depois de ouvir os Portuenses em referendo.

Aprovou, nas costas e violentando a vontade da maioria dos Portuenses, lesando assim a Câmara Municipal do Porto em milhares de euros.

É pena, pois no Porto, como em Portugal, era importante para a democracia ter uma oposição responsável.

Termino, por isso, desafiando o PS a mudar de atitude na segunda cidade do País.

Até porque, desenganem-se aqueles que julgam que o PSD vai desistir.

Não, o actual Presidente da Câmara Municipal do Porto já provou que é um resistente, que é fiel aos seus princípios, e que, por isso, não se vai afastar do caminho traçado.

A última palavra vai obviamente para os Portuenses que são afinal os primeiros e quem realmente importa.

Podem estar seguros de que com o Dr. Rui Rio e com a coligação que governa a Câmara, não haverá transigências nos princípios e de que com ele os interesses dos Portuenses estão sempre à frente.

Porque, como prometemos, o mote é "Pelo Porto Sempre".

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de hoje, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou uma Proposta de Resolução, uma deliberação, uma Proposta de Lei e oito Decretos-Lei.

A Proposta de Resolução aprova, para ratificação, o Protocolo de alteração da Convenção de 23 de Julho de 1990, relativa à **eliminação da dupla tributação** em caso de correcção de lucros entre empresas associadas, incluindo a Acta Final, assinado em Bruxelas, em 25 de Maio de 1999.

Com este Protocolo de alteração da designada Convenção de Arbitragem, a sua vigência é prorrogada por um novo período de cinco anos, com início em 1 de Janeiro de 2000, e findo esse prazo estabelece-se uma prorrogação automática por idênticos períodos, desde que nenhum Estado Contratante manifeste por escrito a sua oposição junto do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia, o mais tardar seis meses antes do termo de cada período de cinco anos.

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

A deliberação refere-se à nomeação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

O Governo, ouvido o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, deliberou propor ao Senhor Presidente da República a nomeação do Senhor Tenente-General Manuel José Taveira Martins para o cargo de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Reserva fiscal para investimento

Um Decreto-Lei no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, aprova o regime da reserva fiscal para investimento.

Este diploma, foi hoje aprovado em definitivo após parecer favorável da Comissão Europeia.

A reserva fiscal para investimento consiste num benefício correspondente a um máximo de 20% da colecta do IRC aplicável a empresas que actuam em sectores de bens e serviços transaccionáveis. Essa reserva é destinada, nos dois anos seguintes à sua constituição, ao financiamento parcial de projectos de investimento em activos corpóreos e de inovação e desenvolvimento.

O enquadramento comunitário das Ajudas de Estado só permite o financiamento do denominado “investimento inicial”, excluindo investimentos de reposição e apoios ao funcionamento corrente das empresas. Assim, foi definido “investimento inicial” como o valor dos investimentos elegíveis realizados, líquido do valor da amortização e reintegração de activos da mesma natureza. São considerados como elegíveis todos os investimentos directamente relacionados com a actividade económica do agente beneficiário, com algumas excepções (imobiliário). Adoptou-se, ainda, uma visão relativamente ampla e alargada das despesas de inovação e desenvolvimento elegíveis, categoria que aliás beneficia das mais elevadas taxas de intensidade autorizadas, sendo aqui dado um sinal claro do apoio especial que o Governo pretende atingir com esta medida.

As empresas que, durante o prazo máximo de dois anos, não realizem integralmente os investimentos “elegíveis” para a utilização da reserva, deverão devolver a diferença, acrescida dos correspondentes juros de mora, majorados em cinco pontos percentuais.

Contra-ordenações aeronáuticas civis

Um Decreto-Lei no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 104/2003, de 9 de Dezembro, aprova o regime aplicável às contra-ordenações aeronáuticas civis.

O facto de a aviação civil constituir um sector de actividades económicas e desportivas em constante evolução e de complexidade crescente impõe, para ser eficaz, a necessidade de um regime de contra-ordenações próprio.

Acresce que a liberalização dos mercados, a liberdade de circulação das pessoas e dos equipamentos obriga a um esforço de meios, por parte do Estado, para a prevenção e sanção dos múltiplos ilícitos susceptíveis de ocorrerem no sector da aviação civil.

Pretende-se, assim, com o presente Decreto-Lei, criar um regime especial de vigência de novas soluções jurídicas que respondam às necessidades próprias do sector, que em muitos aspectos escapa ao Regime Geral das Contra-ordenações.

Define-se ainda o montante das coimas e sanções acessórias aplicáveis.

119.º do Código do IRS

Por Decreto-Lei foi alterado o artigo 119.º do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

Este Decreto-Lei antecipa, por um lado, a obrigação de entregar a declaração de rendimentos e respectivas retenções por parte das entidades devedoras dos mesmos e, por outro, autonomiza essa declaração relativamente à declaração anual de informação contabilística e fiscal da qual era parte integrante.

Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Um Decreto-Lei altera os Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de

Janeiro.

O presente diploma visa viabilizar o adiantamento, por conta, de pagamentos de financiamentos de projectos aprovados a executar por Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD), sem necessidade de apresentação prévia ou simultânea, por parte destas, de garantias cobrindo a totalidade do montante adiantado, ou de justificativos de despesa relativos à totalidade da primeira tranche recebida.

É reconhecida ao IPAD a faculdade de conceder financiamentos às ONGD, a título de adiantamento, nos seguintes termos:

- Adiantamento até 25% do valor anual do financiamento concedido e contratualizado, devendo o mesmo ser adstrito a aquisições de material imprescindível para o início da execução dos projectos de cooperação, bem como ao pagamento de deslocações, estadias e ajudas de custo de cooperantes;
- Justificação, no prazo de 60 dias, da utilização, para os fins previstos, do montante adiantado, mediante entrega de comprovativos de despesa.

Atribuição de receitas à Autoridade da Concorrência

Um Decreto-Lei atribui à Autoridade da Concorrência parte das receitas de entidades reguladoras sectoriais, provenientes de taxas cobradas pelos serviços por elas prestados.

O Decreto-Lei n.º 10/2003, de 18 de Janeiro, criou a Autoridade da Concorrência como a entidade com competência para assegurar o respeito pelas regras da concorrência em toda a economia, nomeadamente nos sectores financeiro, das telecomunicações, energético, das águas, dos transportes ferroviários e da aviação civil, sectores que se encontram também sujeitos a regulação específica, exercida por entidades públicas autónomas.

Tendo em atenção, por um lado, que a independência das autoridades reguladoras em geral requer uma forma de financiamento autónoma e previsível e, tanto quanto possível, independente do orçamento do Estado, e que a cada um dos sectores acima referidos se aplica, simultaneamente, uma regulação técnica sectorial e uma regulação da concorrência, nas suas múltiplas vertentes, o Governo aprovou o presente Decreto-Lei que estipula que as receitas das taxas cobradas às entidades reguladas, nos sectores mencionados, devem ser partilhadas entre os reguladores sectoriais e a Autoridade da Concorrência.

Regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada

Também por Decreto-Lei, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2003, de 22 de Agosto, é alterado o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada.

O presente diploma visa regular a actividade de segurança privada, estabelecendo, em síntese:

Que a actividade de segurança privada tem uma função subsidiária e complementar da actividade das forças e serviços de segurança;

Que a actividade de segurança privada visa a prestação de serviços a terceiros por entidades privadas ou a organização em proveito próprio de serviços de auto-protecção, com vista à protecção de pessoas e bens e à prevenção da prática de crimes e compreende ainda um conjunto tipificado de serviços;

A tipificação das funções a desempenhar pelo pessoal de segurança privada, bem como a faculdade de, em determinados casos e no controlo de acessos, o pessoal de vigilância poder efectuar revistas de prevenção e segurança com o estrito objectivo de impedir a introdução de objectos ou substâncias proibidas ou susceptíveis de provocar actos de violência;

A existência de um director de segurança com a função de ser responsável pela preparação, treino e actuação do pessoal de vigilância;

Os requisitos e incompatibilidades para o exercício desta actividade, bem como a formação profissional dos respectivos intervenientes;

A obrigatoriedade de o pessoal de vigilância ser titular de cartão profissional;

A possibilidade de as entidades que exercem a actividade de segurança privada poderem utilizar meios de vigilância electrónica, sem prejuízo da aplicação do regime geral em matéria de protecção de dados, previsto na Lei n.º 67/98;

Os deveres gerais e especiais das entidades que exercem esta actividade;

A composição e competências do Conselho de Segurança Privada;

Os procedimentos a seguir para a emissão de alvará e de licença, bem como os casos que determinam a sua suspensão ou cancelamento;

O regime fiscalizador e sancionatório.

Actividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária

Proposta de Lei que autoriza o Governo a regular o exercício das actividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária.

Com a publicação deste diploma, é concedida ao Governo autorização para aprovar o regime dos ilícitos penais e de mera ordenação social em matéria de factos praticados no exercício das actividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária.



Notícias da CPS de Viana do Castelo

Almoço de Natal reúne mais de 400 militantes e simpatizantes

A Concelhia de Viana do Castelo organizou o seu tradicional almoço de Natal, que reuniu mais de 400 militantes e simpatizantes do PSD, tendo estado presentes, entre outras personalidades o vice-Presidente do Partido e Presidente da Câmara do Porto, dr. Rui Rio, o presidente da Distrital dr. Francisco Araújo, o presidente da JSD nacional, Jorge Nuno de Sá, o presidente da Concelhia, dr. Antonino Antunes e deputados eleitos pelo círculo de Viana e o Director do “Povo Livre”.

Felicitemos a Concelhia de Viana do Castelo pela continuidade do seu trabalho e pela excelente organização e mobilização que este evento representou. **-PL**



Notícias da CPS de Braga

O Concelho deve aderir com brevidade à «Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis»



A Comissão Política do PSD de Braga deu ontem sequência às propostas já apresentadas publicamente, em sede da Assembleia Municipal, no sentido de que Braga adira com a maior brevidade à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

Nesse sentido e porque continuamos a dar especial atenção às problemáticas em torno do campo da Saúde, por forma a poderem ser identificadas estratégias susceptíveis

de favorecer a obtenção de ganhos neste âmbito e assim ultrapassar os problemas com que, em especial, a cidade de Braga se confronta, realizou-se no Hotel Turismo a 4ª Conferência do Ciclo “Pensar Braga, Servir Braga!”, onde puderam intervir em representação da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis a Dr.ª Eunice Teixeira (Seixal) e o Dr. Luís Delgado, responsável pelo Projecto em Viana do Castelo.

Como fazer de Braga uma Cidade Saudável?

Na sua intervenção, Ricardo Rio, presidente da Concelhia do PSD de Braga, recordou que esta estrutura tem vindo a reiterar insistentemente a prossecução do objectivo de fazer o concelho Aderir à «Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis», com tomadas de posição a vários níveis que atestam a preocupação dos seus dirigentes para com estas matérias. Refira-se, a título de exemplo, algumas das propostas apresentadas, quer em visitas a Freguesias, quer em sede de Plano de Actividades Participado:

1) Aposta Efectiva no Ambiente: com o aumento dos espaços verdes e espaços de lazer; a conclusão da rede de saneamento e abastecimento público de água; a requalificação do Parque da Ponte e o alargamento dos espaços de lazer na Rodovia.

2) Estratégia de Ordenamento Urbanístico: recuperação dos centros históricos com respectiva fixação das populações nos mesmos locais; o cumprimento dos regulamentos municipais evitando a proliferação de construções desordenadas e acautelando acessibilidades para veículos e peões (combate à

sinistralidade no Concelho); supressão de barreiras arquitectónicas; redução dos níveis de poluição associados à intensidade de tráfego.

3) Política de Fomento da Prática Desportiva: Porque não basta dizer que se tem um novo estádio de futebol, defendemos a utilização de outros recursos/equipamentos desportivos e a promoção de iniciativas do desporto e exercício físico alargado a todas as gerações.

4) Combate às dependências: com o recurso a parcerias institucionais e activação de mecanismos de prevenção junto das escolas e comunidades de risco.

Estas e outras questões merecem a nossa atenção pelo que nos propomos continuar a defendê-las afinadamente.

Nesse sentido e porque acreditamos que podem igualmente criar-se sinergias positivas com outros municípios a este nível, entendemos ser fulcral e urgente a dinamização desta temática no seio da sociedade bracarense.

Braga pode ser, por certo, uma Cidade mais Saudável e com melhor qualidade de vida para todos os Bracarenses! - **Comissão Política de Secção do PSD de Braga**

Jantar de Natal da Distrital de Lisboa

Durão Barroso deixa mensagem de esperança e confiança no futuro

Referência especial aos militares em missão de Paz

No passado dia 15, cumprindo a tradição da época festiva que atravessamos, a Distrital de Lisboa do PSD, realizou o seu jantar de Natal, no Centro de Congressos (antiga FIL), ao qual compareceram mais de 1.700 militantes e simpatizantes.

Na mesa de honra sentavam-se o Presidente do PSD e Esposa, ladeados pela Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, com Pedro Santana Lopes e Tavares Moreira, Vice-Presidentes do partido; José Luís Arnaut, Secretário-Geral; o Presidente da Distrital, António Preto; a vice-Presidente da Distrital e vereadora da CML, Helena Lopes da Costa e o Presidente da JSD distrital, Sérgio Azevedo.

Também presentes muitas personalidades do maior destaque no Partido e no Governo, incluindo Ministros e secretários de Estado e Presidentes de Câmara.

No fim do jantar, falaram o Presidente da Distrital e o Presidente do Partido.

António Preto, num breve improviso, colocou a tónica das suas palavras na grande capacidade dos portugueses, em geral e dos apoiantes e militantes do PSD em especial, de acreditar em si próprios, na sua capacidade de levar o País para a frente, para continuarmos e completarmos a nossa aproximação aos padrões de vida dos países mais desenvolvidos da Europa.

António Preto lembrou a frustração que muitos, na sua juventude, sentiam ante a comparação dos indicadores de qualidade de vida de Portugal e da Europa rica e próspera. Passaram anos, praticamente uma geração, e Portugal evoluiu de forma extraordinária. Não estamos ainda onde queremos, mas para lá caminhamos e temos a força



anímica necessária para continuar a luta, até ao sucesso final.

A vitória eleitoral de Março de 2002 veio reforçar essa força e essa vontade, pois tornou possível, com o actual Governo, uma abertura de caminhos de esperança e confiança.

Terminou, formulando para todos, no país ou no estrangeiros, votos sentidos de Bom Natal e Ano Novo.

Durão Barroso: “Começamos a sair da crise”

No seu discurso, Durão Barroso, reiterou que “Portugal está a começar a sair da crise”,

prometendo a redução do défice estrutural para 2004 e acrescentando que o Executivo “não se vai afastar do caminho do rigor e da consolidação orçamental”.

“Se depois dos sacrifícios pedidos aos portugueses houvesse agora alguma hesitação, significaria deitar fora tudo o que já foi realizado”, frisou, referindo ainda que a recuperação da economia “vai ser lenta e gradual, mas sólida e segura”.

“É tempo de deixarmos os comportamentos oscilantes e de termos um desenvolvimento sustentado”, afirmou, tendo aproveitado a ocasião para fazer um balanço de quase 20 meses de Governo, no decorrer dos quais este Executivo levou a cabo importantes reformas estruturais e tomou medidas importantes, como a generalização dos genéricos, o fim da sisa e o novo regime de financiamento do ensino superior.

Para 2004, o primeiro-ministro elegeu como grandes prioridades a reforma da Administração Pública e o reforço do combate à evasão fiscal.

Durão Barroso fez uma menção especial aos membros das Forças Armadas portuguesas que, no estrangeiro, em missões de Paz, prestigiam e honram o nome de Portugal, com destaque para o contingente da GNR no Iraque, numa zona de conflito para a qual se ofereceram, em regime de voluntariado, com a decisão e a nobreza que caracterizam os nossos militares, sempre que chamados ao cumprimento do Dever.

A comissão política distrital tinha uma surpresa para Durão Barroso, um filme sobre o seu percurso político, desde a juventude, passando pelos Governos de Cavaco Silva, pela vitória no partido e terminando com as legislativas de Março de 2002 que marcaram o regresso do PSD ao governo. -

Fonte: Lusa





Declaração oficial do Primeiro-Ministro sobre a detenção de Saddam Hussein

Eram 18 horas (hora de Lisboa) de Domingo, quando o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, fez uma declaração oficial sobre a captura de Saddam Hussein, afirmando:

«A detenção do ditador Saddam Hussein é uma excelente notícia. Ela culmina um período de grande esforço do povo iraquiano e das forças internacionais com o objectivo de conseguir um Iraque livre e conduzido pelos próprios iraquianos.

«A detenção de Saddam Hussein constitui um marco importante na estabilização do País e é uma oportunidade única para a reconciliação, devolvendo aos iraquianos a condução do seu destino colectivo.

«Saddam é o principal responsável pelo sofrimento e opressão do seu povo, durante décadas, e também pela situação de instabilidade que levou à intervenção da Comunidade Internacional. A sua captura, não representando o fim do conflito, abre novas perspectivas à estabilização e segurança do Iraque.

«Não se trata do fim do conflito. Sabemos que a situação continua difícil e são ainda grandes os riscos que enfrentamos. Mas hoje foi, sem dúvida, dado um passo decisivo em direcção ao nosso objectivo final.

«Pelo êxito hoje alcançado tive já oportunidade de em conversa, felicitar o presidente Bush. Quero igualmente congratular-me pelo papel desempenhado pelas forças internacionais. Portugal, respondendo ao apelo das Nações Unidas, está também a dar um contributo para a estabilização do Iraque, através da presença de militares da GNR naquele país.

«É importante que os portugueses saibam que o esforço daqueles nossos compatriotas vale a pena.

«A vitória de hoje é uma vitória a Liberdade sobre a Tirania. Saddam Hussein deve agora ser julgado pelos seus actos, com as garantias de defesa que ele próprio sempre negou aos outros. Essa será também mais uma vitória da democracia.

«Mas não nos iludamos. A luta contra o terrorismo é longa, difícil e por vezes incerta. Nessa luta não pode haver tréguas nem hesitações. O terrorismo só será vencido com coragem, com determinação e com persistência.



«Só dessa forma construiremos um mundo mais livre e mais justo, em que cada povo seja dono do seu destino.

«É neste Mundo mais livre que Portugal poderá viver mais seguro»

A detenção de Saddam Hussein

O administrador civil norte-americano no Iraque, Paul Bremer, confirmou na noite de Domingo, o antigo presidente iraquiano Saddam Hussein tinha sido detido no sábado à noite a sul de Tikrit.

“Ladies and gentlemen, we got him” (senhores e senhores, capturámos-lo), disse Bremer, logo no início da conferência de imprensa, em Bagdad, sendo em seguida ovacionado por muitos dos presentes no momento do anúncio da detenção do ex-ditador iraquiano.

O comandante das forças norte-americanas no Iraque, Ricardo Sanchez, explicou depois que Saddam “foi feito prisioneiro” sem resistência cerca das 20:30

locais por uma força de cerca de 600 homens num buraco escavado numa cave de uma casa junto à localidade de Adwar, 15 quilómetros a sul de Tikrit.

Sanchez explicou que Saddam esteve sempre “comunicativo e cooperante” desde o momento em que foi detido e que a sua captura foi feita sem terem sido disparados tiros.

Na conferência de imprensa foi ainda mostrado um vídeo que mostrava Saddam Hussein no momento em que foi detido, apresentando uma longa barba, e no momento em que lhe eram feitos testes médicos para confirmar a sua identidade.

Foram ainda mostradas imagens em que surgiam fotografias de arquivo de Saddam Hussein e imagens do ex-ditador já depois de ter sido capturado e barbeado para confirmar a semelhança.

Paul Bremer considerou que a detenção do ditador deposto, no âmbito da operação baptizada “Red Dawn” (Amanhecer Vermelho) constitui uma oportunidade para as guerrilhas que combatem a presença da coligação no país deporem as armas.

O representante do Governo português no Iraque, José Lamego, considerou hoje que as condições de segurança no país vão melhorar com a detenção do antigo presidente iraquiano, Saddam Hussein.

Em declarações à agência Lusa, José Lamego disse julgar que “a situação securitária no Iraque vai beneficiar da prisão” de Saddam, capturado no sábado à noite no sul de Tikrit, a sua terra-natal.

Apesar desta convicção, o representante do governo português considera que os partidários do anterior regime ainda são um factor de perigo, sobretudo porque “agora sofreram, psicologicamente, uma derrota muito significativa”.

No entanto, para José Lamego, o processo de transição no Iraque é irreversível.

“O processo de transição política tornou-se irreversível. Esta prisão vem facilitar o cumprimento do calendário de transição política”, comentou. Afirmando que a captura de Saddam vem comprovar que o antigo líder “pertence ao passado do Iraque e futuro não passa por Saddam Hussein”, - **Fonte: Lusa**

Listas de espera em cirurgia com novo enquadramento em 2004

O ministro da Saúde anunciou na semana passada alterações à recuperação das listas de espera em cirurgia, passando os doentes a poder ser operados em qualquer hospital à sua escolha, a partir de 2004, sendo a despesa suportada pelo Estado.

De acordo com Luís Filipe Pereira, que esteve no Parlamento para responder a uma interpelação ao governo sobre política de saúde, a medida será aplicada aos cerca de cem mil doentes que entraram em lista de espera depois de 30 de Junho de 2002 e cujo tempo para serem operados ultrapasse prazos clinicamente aceitáveis para o seu caso.

Com esta alteração, os doentes poderão “sair” dos hospitais onde estão inscritos e que não estão a conseguir dar resposta ao seu caso, e podem recorrer ao sector privado ou social para ser operados.

Fonte do Ministério da Saúde avançou ainda à Agência Lusa que estão a ser analisados sistemas de penalização para os hospitais públicos que não

conseguirem dar respostas atempadas aos seus doentes e que, até ao final do ano, a Direcção-Geral de Saúde terá concluído a definição dos tempos clinicamente aceitáveis para cada doença.

Na mesma ocasião, o Ministro anunciou que a criação de incentivos aos profissionais que exercem nos hospitais transformados em sociedades anónimas (SA) deverá começar a ser discutida com os sindicatos no início do próximo ano.

Luis Filipe Pereira falando aos jornalistas após o debate, disse que a criação de incentivos para todos os profissionais da Saúde, designadamente médicos, enfermeiros e administrativos, é uma possibilidade prevista no actual enquadramento do Serviço Nacional de Saúde, que prevê o contrato individual de trabalho, mas que até ao momento ainda não foi aplicada. Acrescentou ainda que a “nova forma de funcionamento” dos hospitais SA “é por vezes mal compreendida pelos profissionais”. - **Fonte: Lusa**

Cimeira de Bruxelas

«Houve um esforço de compromisso mas as condições não estavam reunidas» afirmou Durão Barroso



A ausência de acordo sobre a nova Constituição Europeia, que se verificou no fim da cimeira de chefes de Estado e de Governo, no fim-de-semana, era, até certo ponto esperada, dadas as posições muito reiteradas da Espanha e da Polónia, e foi consequentemente desdramatizada pelo Primeiro-Ministro português, José Manuel Durão Barroso, que em conferência de Imprensa, no dia 13, afirmou que “... não vou arranjar um bode expiatório, a responsabilidade é colectiva, não é uma tragédia”.

Os chefes de Estado e de Governo da UE não chegaram a acordo sobre a Constituição Europeia no final de dois dias de negociações. Os líderes anunciaram, no entanto, um acordo sobre a atribuição de uma série de localizações de sedes de agências europeias, tendo sido atribuído a Lisboa a de Segurança Marítima.

“A Europa ainda não tem Constituição, Portugal tem a sede da Agência de Segurança Marítima em Lisboa”, resumiu Durão Barroso.

O chefe do Governo reconheceu, porém, que “o que bloqueou as negociações foi a questão da ponderação de votos” entre os Estados-membros no futuro processo de decisões.

“Não houve acordo, porque ainda não estavam reunidas as condições para um compromisso”. Apesar de a Espanha e a Polónia terem estado isoladas contra o sistema de votação proposto, Durão Barroso manifestou-se convicto que houve “um esforço de compromisso” da parte daqueles dois países.

Espanha e Polónia opuseram-se ao projecto, que implica uma perda do seu poder em relação aos “grandes” países (Alemanha, França e Itália) na futura distribuição de votos no processo europeu de tomada de decisões.

A solução previa que o actual sistema, em que cada Estado-membro tem uma ponderação de votos fosse substituído por outro, de “dupla maioria”. Se a proposta tivesse sido aceite, a partir de 2009, uma

decisão seria tomada se tiver o apoio de mais de metade dos Estados-membros que correspondessem, além disso, a pelo menos. 60 por cento da população da UE.

Espanha e Polónia têm metade da população da Alemanha, mas pretendiam manter um peso em

membros e o «melhoramento do texto relativo à coesão entre países, que vai assegurar que as regiões menos desenvolvidas continuem a receber a ajuda das mais ricas.»

As negociações vão continuar sob a presidência irlandesa, tendo o chefe do Governo português salientado os progressos realizados até agora., dos quais destacou o anúncio de um acordo sobre a atribuição de uma série de localizações de sedes de agências europeias tendo sido atribuído a Lisboa a de Segurança Marítima.

“A Europa ainda não tem Constituição, mas Portugal tem a sede da Agência de Segurança Marítima em Lisboa”, resumiu Durão Barroso.

A atribuição da sede da Agência Europeia de Segurança Marítima a Lisboa, coloca Portugal numa “situação estratégica” na defesa dos oceanos.

“Esta questão era especialmente importante, porque definimos que Portugal devia ter competências especializadas nos oceanos e colocá-lo numa posição estratégica na rede internacional no que respeita aos oceanos”, referiu o chefe de Governo.

Segundo o primeiro-ministro, entre as competências da agência está a prevenção e combate à poluição marítima, através nomeadamente de um plano de acção europeu que pressupõe a atribuição de meios (já com um orçamento de 20 milhões de euros), a fiscalização da segurança dos navios e realização de inspecções, o controlo e formação dos marinheiros e da



votos idêntico, conforme ao tratado de Nice, em Dezembro de 2000.

“Não foi por causa presidência italiana que não houve acordo, nem por causa da posição fechada de alguns países”, defendeu o primeiro-ministro.

Durão Barroso também salientou a resolução de algumas questões que Portugal pretendia que fossem introduzidas no projecto de Convenção: o reconhecimento da igualdade entre Estados-

aplicação das leis, entre outras.

Para Durão Barroso, a sede poderá constituir ainda “o embrião de uma futura guarda costeira europeia”, responsável pela “protecção do ambiente e da costa.

A sede da agência - que já está a funcionar provisoriamente em Bruxelas - deverá ser no Parque das Nações, segundo uma fonte diplomática, prevendo-se que esteja operacional dentro de um



Cimeira de Bruxelas (Conclusão)

Foi atribuída a Portugal a Agência de Segurança Marítima que ficará instalada no Parque das Nações

ano, empregando 200 pessoas.

“O problema da segurança marítima não pode ser resolvido por um país apenas, como foi demonstrado pelo acidente do «Prestige», pelo que um agência com competências alargadas é essencial”, comentou o primeiro-ministro.

Durão Barroso citou ainda alguns exemplos da ligação de Portugal ao Mar, nomeadamente com a realização da «Expo-98», dedicada aos Oceanos e lembrou que a localização das sedes das Agências era um assunto que estava num impasse desde a cimeira de Laeken (Bélgica), em Dezembro de 2001 e a sua resolução terá acontecido, segundo uma fonte diplomática, “por ser a última oportunidade de o fazer antes da entrada dos novos países, que se queixariam de não terem qualquer sede”.

A mesma fonte afastou, por isso, a possibilidade das negociações das sedes estar ligada às negociações do novo Tratado Constitucional.

Portugal era candidato à sede da Agência de Segurança Marítima, conjuntamente com a Grécia (Pireu), Itália (Génova), Reino Unido (Southampton) e França (Nantes).

Igualmente atribuída foi a sede da Agência de Segurança Alimentar, que ficará em Parma (Itália), a sede da Academia de Polícia Europeia a Londres, a da Segurança da Aviação Civil a Colónia, a do Eurojust a Haia, a dos Químicos a Helsínquia.

A sede da Agência dos Caminhos-de-ferro ficará em Lille/Valenciennes, na França, a da Segurança de Dados Informáticos, na Grécia (em cidade a designar pelo governo grego), o Centro Europeu de Prevenção da Doença na Suécia (em cidade a designar pelo governo sueco) e a Agência Europeia da Pesca, na Espanha (em cidade a designar pelo governo espanhol).

A atribuição da sede da Agência Europeia de Segurança Marítima a Lisboa, coloca Portugal numa “situação estratégica” na defesa dos oceanos.

“Esta questão era especialmente importante, porque definimos que Portugal devia ter competências especializadas nos oceanos e colocamos numa posição estratégica na rede internacional no que respeita aos oceanos”, referiu o chefe de Governo.

Segundo o primeiro-ministro, entre as competências da agência está a prevenção e combate



à poluição marítima, através nomeadamente de um plano de acção europeu que pressupõe a atribuição de meios (já com um orçamento de 20 milhões de euros), a fiscalização da segurança dos navios e realização de inspeções, o controlo e formação dos marinheiros e da aplicação das leis, entre outras.

Reacção do PSD

O PSD, por seu lado, através do seu porta-voz e Secretário-Geral adjunto, Pedro Duarte, afirmou que “...é claro que não nos podemos dar por satisfeitos, era preferível que tivesse havido um consenso mas há momentos em que a Europa tem de parar para reflectir”.

A presidência italiana da União Europeia assumiu hoje à tarde que os chefes de Estado e de Governo da UE não conseguiram chegar a um acordo sobre a Constituição Europeia no final de dois dias de negociações.

“O princípio da igualdade entre os Estados membros é um princípio basilar da União Europeia que faz com que todos os passos em frente sejam dados de forma sustentada”, disse o porta-voz dos social-democratas, sublinhando que “é preferível não avançar em matérias em que não haja consenso”.

De acordo com Pedro Duarte, contudo,

a Constituição europeia “ficou apenas adiada, já que os seus valores essenciais permanecem intactos e Portugal deve continuar a lutar pelos valores europeus”, frisou.

Relativamente ao referendo, em Portugal, sobre a matéria, disse que “Sempre defendemos que deveria haver referendo se existissem alterações significativas ao equilíbrio europeu. Sem a redacção deste Tratado, nada há de novo para referendar”, disse.

Relativamente a escolha de Lisboa para acolher a Agência Europeia de Segurança Marítima ao resultado de “uma aposta estratégica do Governo” na área dos oceanos, Pedro Duarte afirmou que “O PSD congratula-se com esta grande vitória para o nosso País que resulta de uma aposta estratégica deste Governo”, lembrando que “Portugal tem a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia” e que “deu hoje um passo importante para consolidar o objectivo de aposta estratégica nos oceanos”.

A Agência tem como objectivo a recolha de informação, a criação de bases de dados sobre segurança marítima, a avaliação das auditorias das empresas de classificação marítima e a organização de missões de inspecção nos Estados-membros para verificar as condições de controlo do estado dos portos.

“O PSD congratula-se com esta grande vitória para o nosso País que resulta de uma aposta estratégica deste Governo”, afirmou, em declarações à Agência Lusa, o porta-voz do PSD, Pedro Duarte.

O porta-voz social-democrata lembrou que “Portugal tem a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia” e que “deu hoje um passo importante para consolidar o objectivo de aposta estratégica nos oceanos”.



Delegação diplomática chinesa visita o PSD a convite do Secretário-Geral e é recebida na Assembleia da República



Central; Gu Honglin, Director-Geral da secção dos Assuntos Europeus do departamento referido; Zhang Honhai, Director-Geral do Gabinete dos Negócios Estrangeiros do Governo Municipal de Beijing; Liu Denglin, Vice-Director-Geral do departamento referido; Ding Shiweij, Vice-Director-Geral da Direcção de Segurança Pública do Governo Municipal de Beijing; Wang Xianvong, secretário de Liu Qi; Ni Yuegang, chefe de divisão do Gabinete do Governo Municipal de Beijing; Hao Qinzhu, Primeiro Secretário do departamento referido; Ding Xiuhu, Primeiro Secretário da Secção do Protocolo do mesmo departamento; Zhang Jianwei, vice-chefe de divisão do mesmo departamento; Lu Hui, vice-chefe de divisão da secretaria-geral do departamento; Zhang Qian, vice-chefe de divisão do Governo Municipal de Beijing; Zhang Rumei (sr^a), 2^a Secretária do departamento

Zhu Xiaoning (sr^a), 3^a Secretária do departamento; Li Wei, guarda pessoal de Liu Qi; Shen Huizhen (sr^a), vice-chefe de divisão e Zhu Yue, vice-chefe de divisão.

Esta delegação foi também recebida na Assembleia da República pelo Presidente Mota Amaral e pelo Grupo Parlamentar do PSD, que lhes ofereceu um jantar de confraternização e amizade.



Por ocasião da visita a Macau do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, na reunião a alto nível, que marcou o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países lusófonos, no qual esteve em representação de Portugal, José Luís Arnaut salientou que «os 25 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a China se cumpriam em 2004», tendo o Vice-Ministro do Comércio chinês afirmado que se tratava de uma data que «merece ser festejada», manifestando o desejo de ver Portugal a continuar a desenvolver esforços para o reforço da cooperação entre a República Popular e os países da lusofonia.

É neste quadro de referência que uma delegação de altas personalidades chinesas foi convidada para visitar a sede nacional do PSD, o que foi concretizado na semana passada, sendo os visitantes recebidos pelo Secretário-Geral, José Luís Arnaut e pelo Secretário-Geral Adjunto Matos Rosa.

Estiveram na sede do PSD as seguintes personalidades: Liu Qi, membro do *bureau* político do Comité Central e Secretário do Comité Municipal de Beijing; Liu Honcai, Vice-Ministro do Departamento Internacional do Comité

RTP e sociedade civil formalizam parceria para o canal «a Dois»



Quase 40 entidades tornaram-se na passada quarta-feira nas primeiras parceiras da RTP no projecto «A Dois», tendo já reunido para decidir a grelha de programação e nomear o órgão de acompanhamento da actividade do canal.

Os parceiros - cerca de 50 entidades da sociedade civil no total - irão participar no canal renovado produzindo ou co-produzindo os programas, cedendo meios ou direitos de transmissão, prestando apoio técnico e científico e/ou patrocinando os programas.

O Ministro da Presidência, Morais Sarmento, que tutela o sector e é o grande entusiasta do novo canal, afirmou, na cerimónia de assinatura dos acordos, que decorreu em Lisboa, que “Arriscámos um canal de televisão que terá por missão um serviço público prestado pelo próprio público”. – **Fonte Lusa**



VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no dia 16 de Janeiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede da Secção de Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Vila Franca de Xira.

Nota:

As listas devem ser apresentadas na sede da Comissão Política Concelhia de Vila Franca de Xira nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, entre as 21h00 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral acima referido (terça-feira, 14 de Janeiro de 2004).

Podem eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia e que constem do caderno eleitoral.

A votação realiza-se entre as 21h00 e as 24h00.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Ovar para uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 16 de Janeiro de 2004 (sexta-feira), em sistema de urna aberta entre as 21h00 e as 23h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

MIRANDELA

De acordo com o estabelecido no artigo 3 do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Mirandela do PSD, para um plenário de Secção a realizar no dia 18 de Janeiro de 2004, pelas 15h00, na sede de Mirandela do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação de Relatório de contas;
- 2- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- 3- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas deverão ser entregues entre as 21h30 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A urna eleitoral estará aberta entre as 15h15 e as 17h00.

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes do Núcleo Ocidental do Porto, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2004, pelas 15h00 na sede do Núcleo PSD, sita à Rua Pinheiro Manso, nº305, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

A eleição decorrerá em sistema de urna aberta entre as 15h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues, ao abrigo do regulamento eleitoral do PSD, na sede do PSD, sita à Rua do Pinheiro Manso, nº305, no Porto.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção do Porto do PSD, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2004, pelas 15h00, na sede do PSD, sita à Rua do Pinheiro Manso, nº305, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de Militantes e da Comissão Política da Secção do Porto do PSD.

Nota:

A Eleição decorrerá em sistema de urna aberta entre as 15h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues, ao abrigo do regulamento eleitoral do PSD, sita à Rua do Pinheiro Manso, nº305, no Porto.

DISTRITAL DE BEJA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais e no Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes do Distrito de Beja, conforme a respectiva secção de inscrição, para reunir no dia 18 de Janeiro de 2004, entre as 14h00 e as 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Assembleia Distrital, Comissão Permanente Distrital, Conselho de Jurisdição Distrital e Delegados das Secções à Assembleia Distrital para o biênio 2004/2005.

Nota:

O acto eleitoral nas secções que disponham de sede decorrerá nessas instalações.

Em Moura, o acto eleitoral decorrerá nessa cidade, Rua Garcia Peres, 67.

Como habitualmente vem sucedendo, na secção de Ourique funcionarão duas mesas eleitorais, uma sede da concelhia e a segunda no Núcleo de Santana da Serra.

Os militantes dos concelhos onde não exista estrutura constituída exercerão o seu direito de voto na sede Distrital de Beja.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes desta Secção, para participarem na Assembleia Concelhia, que se vai realizar no próximo dia 24 de Janeiro de 2004, com início às 16h00, na nossa sede, sita ao Largo do Tournal – 125- 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá das 16h00 às 22h00, e as listas concorrentes devem ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Social do Partido.

A sede Social está em funcionamento todos os dias úteis, das 21h00 até às 23h00, período durante o qual serão prestadas todas as informações relativas ao processo de apresentação de candidaturas.

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lousã, para reunir no dia 31 de Janeiro de 2004, pelas 14h00, na sede concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD, para o Biênio 2004/2005.

Nota:

A votação decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

MAÇÃO (Distrital de Santarém)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Concelhia do PSD de Mação, para uma Assembleia a realizar no dia 17 de Janeiro de 2004, pelas 20h00, na sede concelhia do PSD, sita no largo dos Bombeiros Voluntários de Mação, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos da Concelhia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela, para reunir no dia 24 de Janeiro de 2004 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia sita na Praça da Republica, em Vizela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas:

A entrega das listas deve ser feita ao Presidente da mesa até ao terceiro dia anterior ao acto eleitoral (até às 24h00 do dia 21 de Janeiro).

A sede estará aberta, também, nos dias 19, 20, 21 de Janeiro de 2004 das 21h00 às 22h00.

O acto eleitoral decorrerá no dia 24 de Janeiro de 2004 das 21h00 até às 24h00.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 17 de Janeiro de 2004, pelas 21h00, na sua sede, Rua Dr. Luís Torres, 4- 2º, em Pombal com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia;
2. Informação do Presidente da CPS acerca da actividade da Secção;
3. Eleição para os Órgãos de Secção;
4. Análise da situação Político-partidária.



SECÇÃO - A

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos em vigor, convocam-se todos os militantes da Secção A de Lisboa para o Plenário da Secção a realizar em 26 de Dezembro de 2003 (Sexta-Feira), pelas 16h00, na Sede da Secção A de Lisboa da JSD, sita na Rua República da Bolívia nº 53 1º dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser compostas por um numero maximo de 11 membros efectivos e, no mínimo de 5,1/3 de suplentes no mínimo e um maximo de 2/3 suplentes, e subscritas por 20 militantes ou 5% dos militantes da secção, nos termos dos EN/JSD;

b) As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do dia anterior à sua realização, em duplicado, na Sede da Secção A de Lisboa, Rua República da Bolívia n.º 53, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir;

c) As urnas estarão abertas por um período de 7 horas.

CONSELHO DISTRITAL de PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentação aplicável, convocam-se os membros do Conselho Distrital de Portalegre para uma reunião a ter lugar no dia 20 de

Dezembro de 2003 (Sábado), pelas 14H30, na Sede Distrital do PSD em Portalegre, sita no Largo 28 de Janeiro, n.º 10, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1- Discussão das Propostas de Revisão Estatutária

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coimbra, para reunir no dia 16 de Janeiro de 2004, pelas 13H00, na Sede Distrital do PSD/Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Coimbra;
2-Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD/Coimbra.

NOTA:

As listas deverão ser apresentadas até às 00h00 do dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão em

funcionamento entre as 13h e as 24h00.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Viseu, para uma reunião a realizar no próximo dia 27 de Dezembro de 2003(Sábado), pelas 15H00, na Sede Conselheira da JSD/Viseu - Rossio n.º 14-2.º andar, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1-Apresentação e ratificação das propostas de Revisão Estatutária ao XVII Congresso Nacional da JSD.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Viseu, para uma reunião a realizar no próximo dia 10 de Janeiro de 2004(Sábado), pelas 15H00, na Sede Conselheira da JSD/Viseu - Rossio n.º 14-2.º andar, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Comissão Política Distrital, da Mesa do Conselho Distrital e do Conselho de Jurisdição Distrital;

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir no próximo dia 26 de Dezembro, pelas 17.30 horas, no Centro Cultural de Arouca, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da Situação Política;
2. Análise e Debate da Proposta de Revisão Estatutária;

Processo n.º 17/2003

Em 20.08.2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pelo Conselho de Jurisdição Distrital de Setúbal.

Reunido no Porto, no dia 12 de Outubro de 2003, em sessão plenária ordinária, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Paulo Cutileiro, Sara Santos Silva, Altino Freitas, Bernardo Azevedo e Márcio Lopes, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea e), dos EN/JSD e do art. 1º, n.º 2, alínea f), do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

PARECER 04/2003

Em síntese, o CJD de Setúbal questiona se os factos provados no âmbito do processo de impugnação n.º 05/2002/B do CJN – Acórdão 02/2003 - podem ser valorados e apreciados no âmbito do processo disciplinar que se encontra em apreciação por aquele CJD relativo a uma participação do companheiro Nuno Matias referente a acções e comportamentos imputados ao companheiro João Bravo.

Antes do mais, importa esclarecer o CJD de Setúbal que este, certamente por lapsos, faz referência a um processo e respectivo acórdão que nada têm a haver com os factos relativos ao processo disciplinar movido pelo companheiro Nuno Matias. Certamente que o CJD de Setúbal quereria referir-se ao processo de impugnação n.º 03/2002/B do CJN – Acórdão 01/2003 – relativo à eleição de conselheiros distritais e comissão política da secção de Palmela onde, efectivamente, se apuraram factos respeitantes ao companheiro João Bravo.

Feito este esclarecimento, importa dar parecer sobre a questão suscitada.

Numa primeira análise, deve-se-á ter em conta que os processos de impugnação e os processos disciplinares são processos independentes e autónomos e visam fins distintos, pelo que, muito naturalmente, será diferente a perspectiva com que nos mesmos se faz a valoração dos factos submetidos à apreciação dos julgadores. Atenta a apontada independência e autonomia, seríamos desde logo levados a concluir que os factos aprovados no âmbito de um processo de impugnação não podem ter qualquer relevância no âmbito de um processo disciplinar e vice-versa.

Importa, porém, ir mais longe e verificar o que dispõem a propósito as normas reguladoras do processo disciplinar sobre a questão concreta.

No Regulamento de Disciplina dos Militantes da JSD não existe qualquer norma sobre a situação em apreço. De acordo com o art. 42º do RDM, as normas subsidiárias deste regulamento são as que constam do regulamento de disciplina dos militantes do PSD e na legislação referente aos funcionários civis do Estado *in casu* o disposto no Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, que aprovou o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Por sua vez, também o regulamento de disciplina dos militantes do PSD não contém qualquer norma sobre a situação em apreço e remete subsidiariamente para a legislação referente aos funcionários civis do Estado.

O citado Estatuto Disciplinar, aprovado pelo DL 24/84, é igualmente omissivo sobre a matéria, aplicando-se-lhe a título supletivo os princípios e normas reguladoras do direito processual penal (cfr. o art. 35º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar).

Ora, em processo penal, vigoram os chamados princípios da imediação e da proibição de valoração de provas os quais traduzem-se essencialmente no seguinte: contacto directo do julgador com a prova; para efeitos de formação da convicção do tribunal só serão válidas as provas produzidas ou examinadas em audiência. Da aplicação prática destes princípios resulta que os factos provados num outro processo terão sempre de ser sujeitos a nova prova ficando esta naturalmente sujeita ao princípio do contraditório.

Deste modo, por força da cadeia remissiva *supra* elencada, são aplicáveis ao caso do parecer os princípios enformadores do processo penal pelo que se deverá concluir que os factos provados no âmbito de um processo de impugnação não assumem relevância no âmbito de um processo disciplinar devendo antes os mesmos ser objecto de nova prova neste processo, com respeito pelo princípio do contraditório.

Em face do exposto, é parecer do CJN que os factos provados num processo de impugnação não assumem relevância no âmbito de um processo disciplinar. Todos os factos integradores de ilícito disciplinar devem ser objecto dos meios de prova exclusivamente produzidos e examinados em sede do processo disciplinar, com observância do princípio do contraditório

Notifique-se o órgão requerente.

Carlos Coelho apoia medidas de combate à corrupção

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou um conjunto de medidas de **combate à corrupção** hoje adoptado pelo Plenário do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Carlos Coelho sublinhou que “a globalização aliada a vários outros factores, levaram a um aumento do comércio transfronteiriço de bens e serviços. A **corrupção** num Estado Membro **deixou de ser, assim, apenas um problema interno para ser um problema transnacional**, que se combate mais eficazmente através de uma acção comum da União Europeia.

É necessário, acrescentou, um empenho da União para introduzir e **fazer aplicar uma cultura anti-corrupção a todos os níveis** de actividade política, do sector público e privado, ao nível nacional e comunitário, pois a corrupção constitui uma ameaça para uma sociedade respeitadora da lei, que distorce a concorrência e impede o desenvolvimento económico justo”.

Referindo-se ao recente caso do Eurostat, Carlos Coelho recordou que “à corrupção praticada por representantes das instituições comunitárias acresce um outro preocupante problema: **a perda de confiança dos cidadãos** no processo de integração europeia”.

Para Carlos Coelho é, pois, “fundamental o papel das estruturas europeias que, a vários títulos, são encarregadas de incentivar a cooperação entre os Estados Membros na repressão da corrupção. Uma acção coordenada destas estruturas (Eurojust, Europol, OLAF, Rede Judicial Europeia), reforçará a acção das polícias nacionais e facilitará as investigações transnacionais, partilhando as capacidades de informação dos Estados Membros”.

Navios abrangidos pela não renovação do Acordo com Marrocos

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** afirmou em Bruxelas, que são “necessárias **medidas sustentadas de acompanhamento socioeconómico** para atenuar os efeitos nefastos” da não renovação do Acordo de Pescas da União Europeia com Marrocos.

É imperativa, defendeu o Deputado social democrata, “uma **acção específica** destinada a completar as acções realizadas no contexto dos fundos estruturais nos Estados-Membros. A União Europeia **tem o DEVER de contribuir** para salvar este sector em crise”.

Num debate sobre a reconversão dos navios e dos pescadores, na sequência da não renovação do Acordo, Joaquim Piscarreta recordou que “o acordo de pescas da União Europeia com Marrocos chegou ao seu termo em Novembro de 1999. Desde então, dado as exigências marroquinas, **não foi possível à UE celebrar outro acordo**.”

Por causa desta não renovação, a frota comunitária foi **vítima de um número elevado de restrições** às possibilidades de pesca. Esta situação de consequências excepcionais **atingiu directamente cerca de 400 navios e 4300 pescadores**.

Um sector que não precisava, de todo, desta situação para entrar em crise, sobretudo sabendo que os principais Estados-Membros afectados foram Espanha e Portugal com particular importância na região algarvia”.

Joaquim Piscarreta considerou que “a frota comunitária **não pode ser a vítima silenciosa do impasse** no qual se encontram as negociações com Marrocos. A reconversão da frota e as limitações de pesca **não resultaram de uma escolha própria dos pescadores, mas sim imposta**. Uns viram-se obrigados a uma imobilização definitiva das suas embarcações, outros tiveram de reorientar a sua actividade e respectivo navio”.

Joaquim Piscarreta recordou ainda que “além destes constrangimentos, existe ainda um **Plano de reconversão e de cessação de actividade**, este sim voluntário, que prevê limitações importantes inerentes à execução de

planos de reconstituição das espécies em águas internas e externas”.

Para Joaquim Piscarreta, a proposta em discussão no Parlamento vai na direcção certa “ao prever uma **maior flexibilidade** através do alargamento do prazo para a concessão de ajudas e da supressão de algumas limitações na concessão de prémios aos pescadores. Doravante, os pescadores poderão receber o seu prémio, independentemente da demolição ou exportação do navio no qual trabalhavam.

O objectivo desta proposta, disse, visa claramente conceder um **tratamento equitativo e abranger o maior número possível de pescadores da frota comunitária**”.

Relações UE / Ásia e América Latina
Piscarreta defende
melhor execução da
política de cooperação

vigência indeterminada, apesar do quadro financeiro estar somente definido para o período 2003-2006O Deputado social democrata entende que é “fundamental a União Europeia contribuir para a erradicação da pobreza, a promoção de um desenvolvimento sustentável, o cumprimento dos direitos humanos, dos direitos das minorias e dos direitos dos povos indígenas, assim como a promoção da democracia, da boa governação e do combate às desigualdades”.

Regina Bastos defende medidas inovadoras na luta pela igualdade



A Deputada do PSD Regina Bastos defendeu, em Bruxelas, que “a promoção da igualdade entre homens e mulheres é ‘uma missão primordial da Comunidade’ que implica a necessidade de compensar a desvantagem das mulheres no que se refere às condições de acesso e participação no mercado de trabalho e a desvantagem dos homens no que se refere às condições de participação na vida familiar”.

Regina Bastos, que falava no encerramento da audição pública por si promovida sobre a “conciliação da vida profissional, familiar e privada”, no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu relatório sobre este tema, enquanto membro da Comissão dos Direitos da Mulher, começou por expressar a sua satisfação pela realização desta audição sobre “um tema de grande actualidade e importância tendo em conta que 2004 foi proclamado o Ano Internacional da Família” e agradeceu a “disponibilidade e participação da Senhora Ministra da Igualdade de Oportunidades do Governo Italiano, que durante a presidência personificou a defesa do papel essencial da família”.

A Deputada social-democrata defendeu que “a vida profissional, a vida familiar e a vida privada são 3 facetas das nossas vidas mas são também 3 vidas complementares”.

Nos anos 90, acrescentou, houve um grande impulso e muita legislação comunitária foi implementada no domínio da igualdade de oportunidades entre os géneros.

Mas as políticas dos Estados-Membros carecem de coerência. Neste contexto duas questões devem ser tidas em conta:

- O desafio demográfico. Por um lado, o envelhecimento da população exige maior entrada de recursos humanos no mercado de trabalho. E esse acesso deve ser igualitário. Por outro lado, a necessidade de políticas familiares que favoreçam o crescimento demográfico.

- O desafio do crescimento económico. Que não pode dispensar medidas incentivadoras do trabalho das mulheres. A coerência das políticas passa justamente pelo equilíbrio entre estas duas questões. Se não existir na prática, haverá uma interacção negativa entre as duas, e a conciliação entre vida privada e vida profissional ficará irremediavelmente em perigo!

Para Regina Bastos, o ponto essencial desta questão, é que “as mulheres devem sempre ter a possibilidade de ESCOLHER se querem trabalhar quando têm filhos ou se querem ficar em casa. Para isso, devem existir medidas que permitam às mulheres poder fazer a sua OPÇÃO sem que isso signifique prejuízo das suas carreiras ou das suas vidas familiares e privadas. Esta diversidade de situações deve ser salientada e tida em conta”.

Salientando que “na UE uma em cada 6 mulheres entre os 25 e os 54 anos é inactiva - nem empregada, nem desempregada - devido às suas responsabilidades familiares e porque não consegue conciliar a sua vida profissional e familiar”, Regina Bastos defendeu que “impossibilitar ou dificultar a entrada das mulheres no mercado de trabalho é um factor de diminuição da produtividade europeia.

As diferenças entre os Estados-membros do Norte e do Sul da Europa, são eloquentes. Temos que concentrar-nos nas boas práticas dos nossos parceiros da Dinamarca, Suécia e Finlândia que dispõem da mais elevada taxa de emprego feminina

- 72,6% das mulheres entre os 15 e 64 anos trabalham.

- e só 1,8% das mulheres na Suécia não trabalham! Em contraste com a Itália, por exemplo, que atinge os 30% !!”

Regina Bastos defendeu também que “a igualdade de facto de mulheres e homens, na esfera pública e na esfera privada, deve ser socialmente assumida como condição de democracia, pressuposto de cidadania e garante da autonomia e da liberdade individuais, com reflexos em todas as políticas da União Europeia.

As orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros da União Europeia em 2000 prevêm o reforço das políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, conferindo particular relevância à necessidade de introduzir medidas para a conciliação da vida profissional e familiar. Essa decisão sublinha a importância para homens e mulheres das políticas em matéria de interrupção de carreira, licença parental e trabalho a tempo parcial, bem como de formas de trabalho flexíveis que, respeitando o necessário equilíbrio entre flexibilidade e segurança, sirvam tanto os interesses dos trabalhadores como dos empregadores”.

Para Regina Bastos, “estes objectivos constituem grandes desafios da UE e exigem

Medidas inovadoras

- As empresas devem ser sensibilizadas para a conciliação da vida profissional e familiar enquanto direito dos seus trabalhadores, responsabilidade social e instrumento essencial para promover uma maior produtividade.

- Deve ser disseminado, em colaboração com os parceiros sociais, um Guia de boas práticas para as empresas que inclua a divulgação de casos de sucesso.

- Adoptar medidas inovadoras de organização do trabalho, designadamente, a promoção do trabalho a tempo parcial e da jornada contínua e do teletrabalho.

- Promover a criação de bancos do tempo.

- Criação de um site que inclua uma base de dados de serviços úteis aos trabalhadores, tendo em vista a divulgação das estruturas de apoio existentes.

- Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional sensibilizando e incentivando as entidades empregadoras a abrir ou manter estruturas sociais de apoio facilitadoras da conciliação da vida familiar e profissional como forma de promover o acesso ao emprego e a progressão na carreira.

- Sensibilizar os responsáveis pelas empresas para a programação de estruturas de apoio aos pais e mães trabalhadoras, como creches, actividades de tempos livres e apoio domiciliário a prestar a dependentes.

- Concessão de isenções fiscais às empresas que introduzam o conceito de ticket-infância, ticket-idoso ou ticket-deficiência, para os funcionários que recorram a estruturas sociais externas às empresas.

- Apoios especiais a famílias monoparentais e para mães solteiras, designadamente ao nível fiscal, rendas de casa e abonos familiares”.

No futuro Tratado Constitucional

Regina Bastos defendeu ainda que “a igualdade de oportunidades seja integrada em todas as políticas europeias assim como nas relações externas. As políticas de igualdade de oportunidades são uma ‘competência complementar’. Sendo que os Estados-Membros conservam a possibilidade de agir por si mesmos. Os progressos alcançados até aqui são ainda modestos. Temos que ser mais ambiciosos. Temos que ir mais longe”, disse.

Enquanto relatora, Regina Bastos afirmou ser sua intenção “convidar a Comissão Europeia a desenvolver os mecanismos necessários para a elaboração de uma Directiva-Quadro sobre a Conciliação da Vida Profissional, Familiar e Privada”.

Em Londres:

Presidente da JSD representa Portugal na YEDMG

Jorge Nuno Sá esteve nos passados dias 10 e 11 de Dezembro em Londres, num importante meeting do Young European Decision-Makers Group, um fórum inter-parlamentar onde jovens Deputados dos vários países membros analisam temas europeus e mundiais, e trocam pontos de vista em diferentes perspectivas.

Saúde e educação sexual, numa abordagem populacional e de direitos humanos foram os assuntos em cima da mesa neste encontro na capital britânica.

O ano finda e é altura de todos os balanços.

A acção do Gabinete de Informação da CPN pautou-se em 2003 pelo empenho em quatro vertentes: o site, com permanente actualização de notícias e documentos de trabalho; a newsletter, que tem recebido (é com orgulho que o digo) os maiores elogios pela sua abrangência e assiduidade; a folha informativa Directo, destinada às secções e cuja periodicidade queremos melhorar; e a secção da JSD no jornal oficial do Partido.

Sobre este último ponto, devo dizer que tem sido um prazer enorme coordenar estas páginas do Povo Livre, verificando a cada semana o grande potencial de actividade da JSD, e o visível dinamismo dos dirigentes nacionais, regionais, distritais, de secção e de núcleo de que dispomos.

Nesta que é a derradeira edição de 2003, na qualidade de Director de Informação da JSD não podia omitir o meu reconhecimento à equipa de dirigentes e amigos que têm feito dos militantes da JSD consumidores tão eternamente ávidos quanto assiduamente saciados de tudo quanto se passa dentro desta grande instituição.

Sem mencionar cargos (pois é com sentido de dever que participam nesta aventura da informação), um agradecimento ao Jorge Nuno, à Ana Zita, Carlos Lopes, Natércia Barreto, Luís Rodrigues, Júlio Pisa, Hugo Tavares, Rui Moita e João Beja Fernandes.

E um abraço amigo ao Luís Álvaro Campos Ferreira, Director deste pilar da social democracia portuguesa, o Jornal Povo Livre.

Voltaremos na próxima edição... como sempre!

Boas festas e feliz 2004!

Jantar de Natal da Quinta do Conde

Jorge Nuno Sá, Nuno Matias e Bruno Vitorino confraternizam com militantes do Distrito de Setúbal



A convite do Núcleo da JSD da Quinta do Conde, o Presidente da JSD esteve presente na sua festa de Natal, evento realizado no passado sábado, 13 de Dezembro.

Este jantar juntou quase as secções da JSD do distrito de Setúbal, autarcas da Jota e do PSD, dirigentes locais social democratas, num total de 100 convivas.

Entre os presentes pontuavam o Presidente da CPD/JSD Nuno Matias e o Secretário-Geral Adjunto do PSD, o Deputado Bruno Vitorino, também ele antigo dirigente da JSD.

Na sua intervenção, Jorge Nuno realçou o extraordinário papel dos núcleos da JSD na implantação e mobilização da estrutura. As actividades dos núcleos são um importante motor de formação política dos jovens laranja, pelo que foi com agrado que o líder nacional da JSD aceitou este convite da Quinta do Conde.

Acessibilidade e Mobilidade debatida em Ílhavo



Numa organização conjunta da Secção de Ílhavo da JSD e da respectiva Distrital de Aveiro, o "Ano Europeu da Pessoa com Deficiência – Acessibilidades e Mobilidade", esteve em ampla discussão este fim-de-semana.

O colóquio/debate foi realizado no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, a 13 de Dezembro, perante uma audiência participante e interessada que se centrou na mobilidade e barreiras arquitectónicas nos edifícios públicos, dimensões e rebaixamentos dos lances nos passeios e condições para deficientes nas casas de banho públicas.

São várias as estruturas da JSD que têm abordado este tema, como temos anunciado, sendo esta uma prova da nossa predisposição para as causas sociais.

Viana do Castelo:

Concelhias da JSD e PSD convidam Jorge Nuno e Rui Rio para almoço/convívio

Enchendo uma sala com muitas dezenas de autarcas, dirigentes, militantes, amigos e simpatizantes tanto da JSD como do PSD do concelho de Viana do Castelo, as duas estruturas locais organizaram o seu jantar de Natal.

O convívio teve a presença de dois convidados especiais: Jorge Nuno Sá e Rui Rio, Presidente da CM Porto e Vice-Presidente da CPN do PSD.

Jorge Nuno, na sua muito aplaudida intervenção deixou claro que na sua pessoa nesse dia não estava o Presidente da JSD nem o Deputado mas sim o amigo de todas as horas e um militante empenhado e sempre presente daquelas duas estruturas social democratas.

Muito aguardadas foram também as palavras de Rio, bastante saudado pelo exemplar trabalho à frente da autarquia portuense.



Em Famalicão:

Conselho Distrital de Braga debate Áreas Metropolitanas

No passado dia 5 de Dezembro, os conselheiros distritais da JSD/Braga debruçaram-se sobre a reorganização administrativa que está em estudo no nosso País e analisaram com particular interesse o futuro mapa da sua região.


Assim, condenaram fortemente as declarações do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, acusado de querer condicionar a entrada do seu município na Área Metropolitana do Baixo Minho (AMBM) impondo-o como sede da mesma.

No entender da Distrital de Braga, deve lutar-se por um clima de concordância e cooperação, evitando “tomadas de posição bairristas, retrógradas, saloias, já caídas em desuso e que contrariam o espírito que deve presidir aos municípios que futuramente integrarão a AMBM”.

O Comunicado final estará disponível em www.jsd.pt, em “Documentos”.

Recolha Solidária de Alimentos

Secção de Évora angaria cerca de 750 Kg de bens alimentares



Os dirigentes concelhios da JSD eborense consideraram um sucesso a sua campanha de recolha de alimentos.

Sob o lema “Com o pouco de cada um se ajudam muitos”, e com cerca de 20 activos voluntários, a Secção recolheu perto de 750 Kg de géneros alimentícios, que serão distribuídos pelas famílias mais carenciadas do concelho, com a colaboração das paróquias locais.

Em comunicado, a Comissão Política de Secção saudou a população local a quem agradeceu toda a generosidade demonstrada.

Brevemente disponível o texto integral do comunicado em www.jsd.pt, na secção “Documentos”.



Castelo Branco:

Hermínio Loureiro presente do Jantar de Natal da JSD e PSD



O Secretário de Estado da Juventude e Desportos foi o convidado de honra da grande confraternização natalícia que juntou as distritais albacastrenses da JSD e PSD em Proença-a-Nova.

O convívio da quadra teve lugar igualmente a 13 de Dezembro, com o Governante e antigo dirigente da JSD a saudar o bom trabalho de implantação que tem sido feito naquele distrito pelas estruturas locais e distritais.

Cerca de 100 militantes, amigos, autarcas e dirigentes de Castelo Branco puderam trocar saudações natalícias e revigorar forças para os embates políticos de 2004.

O novo líder da JSD distrital, Jorge Jacinto, aproveitou para oferecer um cesto de laranjas a Hermínio Loureiro, com uma clara mensagem: “este é o distrito com as melhores laranjas”, ou seja, com militantes activos e dinâmicos em torno das causas do PSD.

JSD Setúbal foi a votos

14 de Dezembro foi a data escolhida para a eleição dos novos órgãos Distritais da JSD de Setúbal, tendo sido apresentada apenas uma lista a sufrágio.

Nuno Matias, vogal da CPN, mantém a liderança da Comissão Política Distrital, ao lado de uma equipa que tem demonstrado trabalho e empenho em prol da JSD e da social democracia.

CURTAS/AGENDA:

- **JSD em Belgrado** – uma delegação composta pelo Vice-Presidente da CPN Hélder Santos e pela Vogal Ana Janine representará a JSD em mais um Council Meeting do EDS. Nesta importante reunião, a realizar entre os dias 17 e 21, os representantes da JSD discutirão, entre demais temas, os pormenores do próximo debate do EDS em Abril, no Porto. Brevemente daremos conta dos resultados do encontro.

- **Jorge Nuno Sá no Jantar de Natal da JSD/Resende** – será no próximo 19 de Dezembro o jantar natalício da secção de Resende que contará com a presença do Presidente da CPN da JSD.

- **Convívio de Natal da JSD/Alcobaça com Governador Civil** - A Jota de Alcobaça e o Núcleo de Porto de Mós foram os anfitriões do jantar natalício de 13 de Dezembro. O Governador Civil de Leiria, José Leitão, foi o orador convidado e baseou a sua intervenção no papel dos Governos Cívicos e no debate em torno da sua extinção.

- **I Mini-Torneio de Futebol de 5 da CPS/JSD Coimbra** – No passado dia 7 de Dezembro a concelhia de Coimbra reuniu 6 equipas e 45 jogadores laranja em torno duma animada competição. Esta decorreu com todo o fair-play tendo dela saído vencedora a equipa do núcleo de Antanhol. Depois das 5 horas de torneio e dos 8 jogos disputados, os desportistas juntaram-se para um jantar-convívio que assinalou o final da iniciativa.

- **CPS/JSD de Santarém organiza 6.º Torneio de Futebol** - No mesmo dia esta secção realizou a 6.ª edição do tradicional Torneio de Futebol, evento que contou com a presença de 6 equipas: Almeirim, Benavente, Ourém, Torres Novas e duas equipas da “casa”. O pódio foi liderado por Benavente, tendo uma das equipas de Santarém e Torres Novas arrebatado os 2º e 3º lugares, respectivamente.

Elevação a Concelho:

JSD/Fátima descontente com morosidade do processo

A JSD/Fátima entende que a elevação a concelho da localidade deve ter um andamento mais célere.

Segundo os dirigentes locais, vive-se em Fátima um sentimento de frustração pelo não retomar do processo após a recusa de promulgação por parte do Presidente da República.

A JSD de Fátima continuará empenhada na rápida conclusão da elevação a concelho, conciliando posições com os líderes e eleitos locais do PSD.

Presidente da JSD discursa no Congresso dos Metalúrgicos

O SIMA, Sindicato das Industrias Metalúrgicas e Afins convidou o Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá para uma intervenção de fundo integrada nos trabalhos do seu Congresso Nacional.

O evento teve lugar em Lisboa, no passado dia 13 e foi uma sala repleta de dirigentes sindicais que escutou com atenção o líder da JSD.

Entre outros assuntos, Jorge Nuno abordou a actuação do Governo no campo das leis do trabalho, elucidando os presentes sobre actual política do Ministro Bagão Félix, com particular incidência às medidas potenciadoras da nossa economia.

Já te inscreveste na **mailing list** da JSD?

Agora está cada vez mais fácil receber notícias frescas do Gabinete de Informação da CPN. Basta seguir as instruções do site e depois... nada te poderá passar ao lado!

Em **www.jsd.pt**, claro!

Novo Estatuto do Notariado

Privatização e modernização para corresponder às necessidades do desenvolvimento social e económico

No último Conselho de Ministros foi tomada uma importante decisão, por Decreto-Lei e no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2003, de 22 de Agosto. Trata-se do novo Estatuto do Notariado, uma promessa e um ponto do programa do PSD, que agora tem a concretização há tanto tempo desejada, por todo o público, especialmente por aqueles que têm necessidades empresariais ou privadas que carecem de registo rápido e com a menor carga possível de burocracia.

O actual enquadramento jurídico do notariado português resultou de uma iniciativa do Estado Novo, que nacionalizou a actividade notarial e funcionalizou o notário.

Propõe-se, agora, a alteração do estatuto jurídico do notariado português, adaptando-o aos princípios do notariado latino, de tradição romano-germânica que, afinal, sempre foi a nossa.

Isto é, propõe-se uma reforma do notariado português, mediante a privatização, modernização e liberalização do sector, enquadrada no âmbito das grandes reformas estruturais inseridas no actual Programa de Governo.

O actual sistema notarial não responde às reais necessidades do País, não presta um serviço satisfatório aos utentes e é apontado como um entrave ao desenvolvimento social e económico de Portugal.

Impõe-se, assim, uma alteração legislativa ao actual regime jurídico do notariado, de modo a corresponder às exigências dos agentes sociais e económicos e a proporcionar um serviço mais

célere, mais eficiente e moderno, sem prejuízo da indispensável fé pública dos actos notariais, aumentando substancialmente o número de notários, em obediência a um mapa notarial fixado pelo Ministério da Justiça, de acordo com uma avaliação criteriosa das necessidades de cada zona do País.

Ordem dos Notários

Em complemento desta proposta, um Decreto-Lei no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 49/2003, de 22 de Agosto, cria a Ordem dos Notários e aprova o respectivo Estatuto.

A privatização do notariado deu origem a uma nova classe profissional, liberal e independente.

Atendendo à natureza da função que desempenha, o notário assume uma dupla condição: a de oficial, enquanto delegatário de fé pública, e a de profissional liberal.

Na sua condição de oficial, o notário responde perante o Ministro da Justiça, ao qual está sujeito disciplinarmente.

Quanto à nova faceta de profissional liberal do notário, o Governo decidiu instituir uma associação pública, a Ordem dos Notários, representativa dos notários e com a missão de regular e disciplinar a actividade notarial, na sua vertente deontológica, sem prejuízo dos poderes regulamentares e disciplinares que, por Lei, estão cometidos ao Ministro da Justiça

Fonte: Comunicado do Conselho de Ministros

Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Aos autarcas do PSD

Decorreram dois anos sobre a retumbante vitória autárquica do Partido Social-Democrata. Uma vitória em número de municípios e marcada igualmente pela conquista de autarquias de especial importância como Lisboa, Porto, Sintra, Coimbra e outras.

Nestes dois anos o Governo de Portugal viu-se na obrigação de exigir sacrifícios ao poder autárquico. Sacrifícios que além de compreensíveis, são fundamentais para o equilíbrio das finanças públicas e para uma maior e melhor racionalização da gestão do poder local. Viu-se pois o Partido Social-Democrata numa situação duplamente difícil. Governar ao nível do poder central com rigor e escassez de recursos e impor o mesmo aos autarcas (das várias forças políticas) que ganharam as eleições e têm como principal objectivo responder às ansiedades das populações e fazerem o que habitualmente se designa, "obra".

É pois num contexto de grande coragem e pensando exclusivamente no interesse do País, que se tem desenrolado a acção do Governo de Portugal.

Mesmo nesta conjuntura, as autarquias governadas pelo Partido Social-Democrata têm desempenhado de forma notável o exercício do seu poder. É pois para todos os autarcas social-democratas que vai hoje a minha palavra de congratulação e de incentivo. É em circunstâncias adversas que se vêem os grandes governantes e os autarcas do PSD têm dado o exemplo.

Por último, nesta quadra natalícia, desejo a todos um Bom Natal e um Novo Ano pleno de sucesso.

Como é de tradição, devido ao período festivo que decorre, não se publica o "Povo Livre" nas próximas duas semanas, voltando ao convívio dos nossos leitores, companheiros e simpatizantes, na quarta-feira, dia 7 de Janeiro de 2004.

A todos desejamos um Santo Natal
e um Ano Novo cheio de prosperidades.

Boas
Festas



Propriedade PSD-Partido Social Democrata
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal n.º1970/83
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandella Artes Gráficas, SA. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE